

Flutuações econômicas

Ignácio M. Rangel

JORNAL DO BRASIL

As flutuações econômicas são fatos normais em todos os sistemas econômicos conhecidos, sem excluir as chamadas economias do "socialismo real", que muitos supunham haverem superado esses fenômenos. Entretanto, em regime capitalista, elas desempenham papel estratégico, razão pela qual têm sido estudadas pelos economistas capitalistas com maior detalhe. Joseph Schumpeter as classificou, segundo seus prazos e etiologias, em três tipos, a saber: os ciclos longos, por ele batizados com o nome do economista russo que os estudou, Kondratiev, de prazos de aproximadamente meio século; os ciclos também denominados de breves, que receberam o nome de Clemente Juglar, menos estáveis quanto aos prazos, que variam entre sete e 11 anos; os ciclos breves, que receberam o nome de Kitchin, de aproximadamente dois anos e meio, aparentemente restritos aos Estados Unidos.

Qualquer que seja sua etiologia, na raiz dessas flutuações vamos sempre encontrar mudanças na intensidade do esforço de formação de capital. Quando as oportunidades de investimento se fecham ou escasseiam, a renda varia por um múltiplo do declínio da formação de capital, isto é, a economia entra numa fase "b" ou recessiva. Não há nada no sistema econômico que não se ressinta dos efeitos desse movimento, desde o nível de emprego ao esquema de distribuição da renda, passando pelas finanças públicas.

Nem todos os países comportam-se da mesma maneira na passagem da fase "a" ou próspera para a fase "b" ou recessiva. Alguns países assistem a uma queda quase a prumo de sua atividade econômica, ao passo que outros defendem-se melhor, convertendo essa queda quase a prumo numa parábola, que dá tempo a buscar inovações institucionais preparatórias de nova prosperidade.

Ora, a inflação brasileira, que tem sido nossa fiel companheira ao longo de todo o processo de industrialização, comporta-se objetivamente como um eficaz mecanismo de defesa contra essas variações cíclicas recessivas. E duvido que, sem ela, houvessemos tido o brilhante desempenho que tivemos, desde que começou nossa industrialização. Entre 1932 e 1980 — inícios, respectivamente, da industrialização e da presente recessão, à qual, obviamente, associa o ciclo longo (mundial) e médio (nacional) — nossa produção industrial cresceu cerca de 40 vezes, muito mais do que a japonesa, somente comparável, no mesmo período, à soviética.

A inflação é um dos fenômenos mais caluniados da fraseologia econômica. A ela tudo se pode atribuir, como se fosse a essência de todo o mal, tanto do ponto de vista da simples dona-de-casa como dos administradores do Estado e, ai de nós, não poucos professores d'economia.

Arbitriariamente, invertemos a correlação entre a inflação e a conjuntura. Aquela não seria efeito e resposta do organismo econômico à recessão. Uma resposta pode ser saudável, como a febre do organismo vivo afetado de moléstia infeciosa. Mas que, também como esta, pode tornar-se fatal, ultrapassando certo limite que deve ser pesquisado com cuidado. Em vez disso, imaginamos — como nosso atual governo o está fazendo — que, sendo a inflação a essência de todo o mal, justifica-se experimentar tudo contra ela, a começar pela recessão. Como se receitássemos para o febreiro de pneumonia uma injeção de **mais pneumococos**. É dessa índole o remédio que nossa gentil ministra da Economia nos está, com persistência digna de melhor emprego, receitando agora: recessão, inclusive desemprego planejado.

O **quantum despoticum** de um regime baseado em tais pressupostos é de deixar-nos de cabelos arrepiados. O nazismo, para consolidar-se, careceu de um órgão que, para os contemporâneos, pas-

Plano.



sou a ser símbolo de toda injustiça e de violência: a Gestapo. Não obstante, esta não teve a tarefa de impor um regime orientado para a recessão e o desemprego. Ao contrário, o nazismo consolidou-se, em grandíssima parte, graças ao trabalho da equipe do Dr. Von Schacht, o mago das finanças de Hitler, inspirado por um keynesianismo *avant la lettre*.

Não se sabe quantos desempregados havia na Alemanha quando da ascensão de Hitler. Guardei na memória os números de 4 a 7 milhões, que o governo nazista se empenhou eficazmente a absorver — não a aumentar planificadamente. Isso, é claro, reduziu o **quantum despoticum** necessário ao regime nazista. Caberia aqui indagar qual seria a violência indispensável a um regime que planejasse lançar novos milhões ao desemprego.

Passados seis anos de relativa prosperidade, por volta de 1938, a recessão e o desemprego voltaram. Os industriais já não queriam aceitar em boa-fé os papagaios com os quais o governo fingia pagar suas encomendas de armamentos. A Guerra Mundial entrava na ordem natural das coisas, porque era mister dar consistência a esses papagaios, e as fábricas e minas tchecas, francesas, etc, entravam naturalmente em cogitação. A guerra contra o mundo — que não poderia conduzir senão à tragédia de 9 de maio de 1945.

Ora, isto estava num futuro distante. De imediato, o povo alemão recebeu emprego para os seus homens e mulheres, o que reduzia muito a violência necessária. Era fácil descartar, como a Cassandras, os que, embora muito sensatamente, em 1932, prognosticassem tais tragédias.

Mas voltemos à nossa inflação, nossa fiel companheira ao longo de todo o processo de industrialização. Quando se fechavam os horizontes aos investimentos, a economia se desacelerava, isto é, entrava em recessão: muito regularmente, a cada decênio, no primeiro lustro de cada década. Entretanto, em vez de deixar-se cair a prumo no abismo da recessão (ou da depressão), a economia brasileira, sem plano pré-estabelecido, e até sem conhecimento de causa pelos magos das finanças de plantão, exacerbava-se o processo inflacionário: não deve restar dúvida quanto à regularidade desse processo. Essa dúvida nos desqualificaria para qualquer elaboração séria de política econômica.

Já em meu livro de 1963 ("A Inflação Brasileira"), que já esgotou cinco edições, eu sugeria a seguinte **rationale**: a expectativa de elevação dos preços, que vem com a inflação efetiva, penaliza a chamada preferência pela liquidez, induzindo imobilizações que, sem isso, não se fariam. Essas imobilizações, mesmo em condições de eficácia marginal do capital mínima, nula e até negativa, bloqueiam a tendência à queda no nível do esforço de formação do capital, *lato sensu*.

Note-se que nunca pretendi que isso impedissem a recessão, nem que invertesse o sinal desta, transformando-a em prosperidade, mas transformava a queda a prumo numa parábola. A economia continuava a formar capital, embora isso induzisse à acumulação de capacidade ociosa em certas áreas do sistema, ou mesmo na construção de pirâmides keynesianas, a exemplo do armamentismo alemão, de Hitler, ou norte-americano, de Reagan e Bush. Para o mesmo índice de queda, em vez de alguns meses, faziam falta vários anos, durante os quais não apenas se acumulava capacidade

ociosa, modificando a estrutura do sistema como a sociedade predispunha-se a mudanças institucionais propícias, estas, sim, a uma verdadeira retomada.

A acumulação de capacidade ociosa, inclusive pela conclusão de projetos iniciados na fase "A" do ciclo — dadas as novas instituições que pusessem em evidência oportunidades de investimento, em novas áreas do sistema, e organizassem o trânsito da poupança resultante do uso potencial dessa capacidade ociosa — abria a porta a novo período de prosperidade.

Tudo ponderado, não será difícil admitir que a taxa média de crescimento da economia, ao longo de todo o ciclo — incluindo as fases "a" e "b" —, tendia a ser maior do que sem isso, isto é, se, na ausência de um mecanismo de defesa como a inflação, ao abrir-se a fase "b" do ciclo, a queda se tivesse feito a prumo.

Segundo os Anuários Estatísticos das Nações Unidas — as melhores informações disponíveis, suponho —, no meio Século 1938-88, a produção industrial brasileira cresceu, em números redondos, 26 vezes, contra apenas 10 para o resto da América Latina; 8 vezes para o mundo capitalista; 9,6 vezes para os EUA; 5,6 vezes para a Europa Ocidental; 19,2 vezes para o Japão. Segundo a mesma fonte, somente a União Soviética nos superou, nessa rubrica, com um crescimento da ordem de 37 vezes.

É tempo de tomarmos consciência disso, em vez de prosseguirmos na autoflagelação habitual. Mesmo o decênio perdido, dos anos 80, deve ser visto de sua justa perspectiva, como consequência de um comportamento mundial — com algumas exceções que não caberia analisar aqui.

Do mesmo modo como seria inadmissível aceitar que, dado o papel de mecanismo de defesa do organismo vivo, a febre não deve ser controlada, até porque ela pode, passando certo grau, conduzir à morte do mesmo organismo que defende, não devemos descurar o refinamento de terapêuticas que, embora temporariamente, evitem que a inflação vá além de certo limite. São exemplos disso os sucessivos "planos" Cruzado, Bresser, Verão e Collor.

Não devemos, entretanto, perder de vista que essas terapêuticas têm efeito temporário e não afetam a essência do problema: a infecção, no caso da febre, e a conjuntura recessiva, no caso da inflação. E assim como a ciência médica determina com rigor a natureza do processo infeccioso da pneumonia, é mister que a ciência econômica descreva com rigor a natureza do processo recessivo. Que, insistimos, é a variável independente da correlação conjuntura-inflação. Não o contrário.

Em cada ciclo, definem-se um pólo de ociosidade e um pólo de escassez ou estrangulamento. Sem isso, nossa industrialização teria tido vida curta. E importa definir, em cada ciclo, quais são essas áreas, como se correlacionam entre si, como se transfere a poupança gerada numa área para ressurgir como investimento na outra. Esse mecanismo de transferência muda a cada novo ciclo, inclusive através de inovações institucionais.

Em nosso presente ciclo, os pólos são, respectivamente, uma vigorosa indústria pesada, capaz de suprir poupança sob a forma de bens de capital, e serviços de utilidade pública, organizados como concessões a empresas públicas. As quais, no processo, deverão ser convertidas em concessões de serviços públicos a empresas privadas. O aparelho de intermediação financeira deverá recompor-se, em função dessa mudança essencial. Assim deveremos preparar — e é bom que, finalmente, o façamos consciente e planificadamente — a abertura de novo ciclo, pela fase "a".

Ignácio M. Rangel é economista e jornalista